

Política

— CONSTITUINTE —

O CENTRÃO AFIA SUA ARMA: O QUÓRUM.

Quanto mais alto o quórum, melhor para a emenda da ordem econômica. Mas as minorias podem contra-atacar, com manobras obstrucionistas: há um arsenal delas.

No próximo final de semana entra em votação na Constituinte o capítulo da ordem econômica, uma das grandes preocupações do Centrão, que já se mobiliza para conseguir quórum para a aprovação de sua emenda substitutiva.

"Quanto mais alto o quórum, melhor para nós", diz o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), um dos líderes do grupo.

E a explicação para essa mobilização é simples: quanto menos constituintes houver em plenário, mais facilmente as esquerdas podem promover manobras obstrucionistas — da retirada do plenário, para impedir o quórum, a intermináveis explanações, para protelar os trabalhos.

O deputado Luiz Eduardo, responsável pela coordenação da comissão interna do Centrão, quer pelo menos 500 constituintes em plenário na votação da ordem econômica — o que admite ser difícil, porque o grupo já se dispersou bastante. Por isso, antes das votações, ele vai promover várias reuniões com os centristas, para discutir e evitar o impasse em plenário.

Além da comissão interna, duas outras foram criadas visando a votação da ordem econômica: a comissão externa, para negociar com os demais grupos, e a comissão temática para analisar as emendas ao título e verificar quais são passíveis de entendimento.

Segundo o deputado Luiz Eduardo, o Centrão já cedeu o máximo e deverá haver acordo na reforma agrária, definição da empresa nacional, exploração de minerais e na distribuição de petróleo. Para garantir a presença maciça dos centristas, e evitar maiores concessões, toda a estrutura de convocação do grupo será mobilizada, sob a responsabilidade do deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ). As convocações começarão amanhã, quando já haverá uma expectativa mais concreta de quando será concluído o título da tributação e orçamento, que antecede a ordem econômica.

Manobras

Se não houver um elevado quórum para essa votação, o debate da ordem econômica poderá reviver episódios marcantes, como o registrado há quatro anos, quando se discutia inelegibilidade: eram três horas de uma fria madrugada e o Senado ainda realizava uma de suas mais longas sessões (22 horas de duração). De repente, o senador mineiro Itamar Franco começou a falar do município paulista de Estrela do Norte. Aquela altura, os habitantes da pacata cidade seguramente dormiam despreocupados, sem imaginar que Estrela do Norte era motivo de um interminável discurso no Senado — para protelar o início da discussão que realmente importava.

Outro expediente muito usado é ocupar a tribuna para discursos sobre as matérias, na sua discussão e no encaminhamento da votação: os parlamentares esgotam e abusam dos minutos facultados pelo regimento, recorrem às questões de ordem, pedem a palavra a pretexto de obter esclarecimentos ou protestam a respeito de algum promenor. ▶



Plenário vazio, discursos sem fim: tudo pela protelação.

A votação recomeça. E por um ponto polêmico: o adicional de IR.

A Assembléia Constituinte retoma hoje a votação do capítulo tributário da nova Constituição por um dos pontos mais polêmicos do projeto: o adicional do Imposto de Renda sobre lucros e ganhos de capital, que os Estados poderão cobrar, até o limite de 5% do imposto pago à União.

Alguns constituintes pretendem derrubar esse dispositivo — parágrafo 1º do artigo 184 do projeto de Constituição —, entre eles o deputado Afif Domingos (PL-SP). Eles alegam que o consumidor vai pagar, em última análise, pelo adicional, porque bancos e instituições financeiras repassarão para seus custos o tributo, com reflexo nas taxas de juros.

Mas há um problema: o adicional é uma das compensações que os Estados do Sul e Sudeste conseguiram, em troca do aumento dos recursos dos fundos de participação de Estados e municípios, que beneficia principalmente o Norte, Nordeste e Centro Oeste. As bancadas destas regiões, que são maioria na Assembléia, se comprometeram a aprovar o adicional, desde que as bancadas do Sul e

Sudeste apoiassem igualmente outro dispositivo que interessa aos Estados mais pobres: a autorização para que o Senado fixe alíquotas máximas do novo ICMS — Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços —, em caso de conflito entre Estados.

Esse acordo foi firmado na semana passada, pelos líderes das "bancadas regionais", que vêm negociando todo o capítulo tributário desde a abertura da Constituinte, acima das divisões partidárias. Deram seu apoio ao acordo, entre outros, os constituintes Francisco Dornelles (PFL-RJ), José Serra (PMDB-SP), e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), pelo Sul, e Virgílio Távora (PDS-CE), Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), e Benito Gama (PFL-BA), pelo Norte e Nordeste.

O acordo inclui a previsão de que os dois dispositivos sejam votados em seqüência: primeiro o adicional, depois a alíquota máxima. Na sexta-feira passada as bancadas do Norte e Nordeste chegaram a forçar a suspensão da votação, na hora de votar o parágrafo do adicional, para garantir que o

acordo seja obedecido. Alguns nordestinos temeram que fosse aprovado o adicional e não houvesse número para aprovar a alíquota logo em seguida, porque o quórum estava muito baixo na manhã de sexta.

Essa tensão ainda cria alguma incerteza para a votação que recomeça hoje. Muitos constituintes esperam que Afif Domingos e seus seguidores façam forte pressão contra o adicional, e consigam ganhar votos da "maioria flutuante" do plenário, com a argumentação do prejuízo ao consumidor. Por isso, um dos constituintes que "costurou" o acordo da semana passada dizia ontem que não estava absolutamente seguro da aprovação do adicional.

Se o entendimento entre as bancadas regionais for rompido, quem vai lucrar é o governo federal, que até agora só teve perdas e derrotas no capítulo tributário. O Planalto poderá tentar usar a cisão para fazer passar algumas de suas emendas que interessam a ele, e têm sido barradas pela união de partidos e regiões em torno da reforma tributária proposta no projeto de Constituição.

▶ E se não houver elementos disponíveis para os parlamentares sustentarem oralmente pontos de vista sobre as matérias, aí vale tudo. Exatamente como fez Itamar Franco na madrugada em que o Senado votou um projeto de lei sobre inelegibilidades. Antes desse item, a pauta apresentava diversos outros projetos para votações, entre eles esse que concedia autorização para que o Município de Estrela do Norte contratasse um empréstimo para construir sarjetas e bueiros.

Como não dispunha de informações — e elas nem seriam necessárias —, Itamar Franco falou longamente sobre Estrela do Norte. Qualquer assunto serve para protelar os trabalhos da sessão, inclusive elogios a Estrela do Norte e considerações sobre a importância das obras que a sua prefeitura pretendia realizar com o empréstimo.

Quórum

A obstrução é sobretudo uma arma das minorias. O partido majoritário sempre proclama: "A maioria não discute, vota". Só que para votar e garantir a aprovação das matérias é necessário que haja quórum. E aí surge outra arma para as minorias oposicionistas: a verificação de quórum. A manobra deve ser obrigatoriamente requerida, oralmente, em seguida à proclamação do resultado da votação simbólica. Quem presid a sessão, indaga: "Em votação. Os que estiverem de acordo queiram permanecer sentados". Se o líder da maioria não se levanta, a matéria está aprovada, pelo voto simbólico. Contudo, a uma simples e imediata manifestação de qualquer dos presentes é procedida a verificação, com a votação nominal. No Senado, o quórum é de 35 votos; na Câmara, 239; e, na Constituinte e no Congresso Nacional, 280.

Sonho e pesadelo

Agora, com o funcionamento da Constituinte, o quórum passou a ser uma obsessão para seu presidente, Ulysses Guimarães. O risco da falta de quórum é mais comum nas segundas-feiras, quando a semana começa e os parlamentares ainda não chegaram a Brasília, e nas sextas-feiras, quando se acentua a revolta para os Estados.

Sexta-feira passada, Ulysses fez mais um dos seus costumeiros apelos:

— Pelo amor de Deus, peço que todos venham a Brasília na próxima terça-feira (hoje). Precisamos concluir logo a nossa Carta. Eu almoço quórum, junto quórum, sonho com quórum quando durmo.

E completou:

— Ajudem-me: venham votar. Para que eu não tenha pesadelos com quórum.

Ulysses costuma chegar ao plenário às 15 horas e não sai de sua cadeira a não ser sete horas depois, quando, às 22 horas, a sessão chega ao final.

Seus assessores preocupam-se principalmente com a saúde de Ulysses, que, mesmo tomando vários copos de água e algumas xícaras de café, não se levanta nem para ir ao sanitário.